



“PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES ANO LETIVO 2021/2022

Preâmbulo

O município da Amadora tem uma área de 24 Km² de grande densidade populacional servida por uma rede de transportes urbanos e fortes acessibilidades.

A mobilidade no concelho, em termos de transporte coletivo é assegurada pelas transportadoras VIMECA, RODOVIÁRIA DE LISBOA, METROPOLITANO DE LISBOA, e ainda pela CP- COMBOIOS DE PORTUGAL.

Os transportes escolares são um instrumento de equidade educativa, que alarga a política de apoio às famílias, viabilizando o acesso à escola, promovendo o sucesso educativo e prevenindo o abandono escolar.

Face à entrada em vigor a 1 de abril de 2019 dos novos tipos de passes (navegante municipal e navegante metropolitano), o plano de transportes escolares reflete a gratuitidade do navegante municipal para crianças menores de 13 anos.

A delegação de competência definida pelo decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, atribuí às câmaras municipais o transporte de alunos com necessidades de saúde especiais, nas vertentes adaptado e/ou acompanhado, mediante seleção realizada pelas escolas da DGEstE.

O presente Plano de Transporte Escolar estabelece, enquadra e uniformiza os critérios, as condições de acesso e de atribuição dos apoios municipais previstos no âmbito dos transportes escolares, em conformidade com a legislação em vigor.

Enquadramento Legal

O Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação mais atual conferida lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, estatui, no artigo 33.º, n.º 1, alínea gg), que *“Compete à câmara municipal (...) gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;”*.

O decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro, que regulava a transferência para os municípios das competências em matéria de organização, financiamento e controlo de funcionamento dos transportes escolares, foi revogado pelo decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Este, na redação conferida pelo decreto-lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, designadamente o Plano de Transporte Escolar.

De acordo com o artigo 17.º do supra citado diploma legal, *“O Plano de Transporte Escolar é, a nível municipal, o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, salvo quando existam estabelecimentos de ensino que sirvam vários concelhos, casos em que tal instrumento assume nível intermunicipal.”*

O n.º 1 do artigo 18.º do decreto-lei em análise estabelece que o Plano de Transporte Escolar tem como objetivo *“assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva”*. Acrescentando o n.º 2 desta norma que *“O Plano de Transporte Escolar conjuga e complementa a rede de transportes públicos e outros planos de transportes em vigor na respetiva área de abrangência.”*

Quanto às condições de acesso, dispõe o artigo 20.º, n.º 1, que *“A elaboração do Plano de Transporte Escolar baseia-se nos seguintes pressupostos:*

- a) Gratuitidade para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam;*
- b) Gratuitidade para os alunos com dificuldades de locomoção que beneficiam de medidas ao abrigo da educação inclusiva, independentemente da distância da sua residência ao estabelecimento de ensino que frequentam, sempre que a sua condição o exija;*
- c) Inelegibilidade para os benefícios previstos nas alíneas anteriores dos alunos que se matriculem contrariando as normas estabelecidas de encaminhamento de matrículas.*

O n.º 2 do mencionado artigo refere que *“A gratuidade referida nas alíneas a) e b) do número anterior abrange, exclusivamente, duas viagens nos dias letivos e para os percursos que ligam o local do estabelecimento de ensino ao local de residência do aluno.”*

O artigo 36.º do decreto-lei n.º 21/2019 estabelece, quanto aos transportes escolares, que *“A organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares são da competência das câmaras municipais da área de residência dos alunos (...).*

Importa referir o artigo 67.º, n.º 4, do aludido decreto-lei que determina que, até à entrada em vigor da portaria que fixa a fórmula de financiamento das despesas de transporte escolar, as condições de acesso ao transporte escolar previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º - a saber, gratuidade para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam – são circunscritas aos alunos do ensino básico são circunscritas aos alunos do ensino básico, mantendo-se em vigor as regras fixadas pela portaria n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, na sua redação atual, para os alunos do ensino secundário.

Por sua vez, o decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho, estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. Neste sentido, este diploma legal identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.

Também devem ser contempladas no plano de transporte escolar as deslocações dos alunos com necessidades de saúde especiais entre a residência e o estabelecimento de ensino, de forma a garantir a sua efetiva possibilidade de frequência letiva.

Será ainda de referir que o decreto-lei n.º 55/2009, de 2 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, prevê como modalidade de apoio no âmbito da ação social escolar, entre outras, os transportes (cfr. artigo 12.º, n.º 1).

O artigo 25.º, n.º 3, deste decreto-lei, estatui que *“É assegurado o transporte escolar dentro da área de residência aos alunos com dificuldades de locomoção ou que necessitem de se deslocar para frequência de modalidades de educação especial.”*

Acrescenta o n.º 4 desta norma que *“O acesso ao serviço de transportes escolares é gratuito para os alunos do ensino básico, podendo ser participado para os do ensino secundário.”*

Por sua vez, o n.º 5 do artigo em análise determina que *“A organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares no ensino básico são da competência dos municípios da área de residência dos alunos”.*

Também no artigo 32.º, n.º 1, alínea b) do decreto-lei n.º 55/2009 se prevê, para os alunos com necessidades educativas especiais, o direito, no âmbito da ação social escolar, à comparticipação da totalidade do custo para os alunos que residam a menos de 3 km do estabelecimento de ensino, bem como para os alunos que frequentam as escolas de referência ou as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado.



CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objeto

O presente Plano estabelece as regras de organização e funcionamento da resposta municipal de transportes escolares do concelho da Amadora.

Artigo 2º

Âmbito de Aplicação

1 - A área abrangida pelo presente Plano de Transporte Escolar compreende o concelho da Amadora, podendo alargar-se a outros concelhos da área metropolitana de Lisboa, em situação excecional e devidamente comprovada, de acordo com os critérios definidos no artigo seguinte.

2 – Estão abrangidos pelo presente Plano de Transporte Escolar os alunos dos estabelecimentos de ensino da rede pública da Amadora, incluindo as escolas profissionais, adiante designados por escolas.

3 – Além dos estabelecimentos referidos no número anterior, estão incluídas as escolas situadas fora do município, desde que frequentadas por alunos residentes no concelho da Amadora e cuja situação seja elegível para atribuição do transporte escolar, de acordo com o artigo seguinte.

Artigo 3º

Destinatários

1 – O transporte escolar, para o ensino básico e secundário, destina-se a alunos:

- a) Residentes no concelho da Amadora;
- b) Que cumpram o estipulado no despacho normativo que estabelece os procedimentos de matrícula e respetiva renovação;
- c) Que frequentem escola da sua área de residência, cuja distância entre esta e a sua morada de residência, seja superior a 3Km.

2 – O transporte escolar será ainda alargado à área metropolitana de Lisboa, relativamente a alunos transferidos do concelho, por inexistência de vaga e/ou resposta educativa ou formativa pretendida.

3 – O transporte escolar abrange também os alunos em situação de estágio curricular, no âmbito das respostas educativas profissionalizantes, e cujas entidades integradoras do estágio se localizem na área metropolitana de Lisboa.

4 – São igualmente abrangidos pelo transporte escolar os alunos com dificuldade de locomoção que beneficiem de medidas ao abrigo da legislação da educação inclusiva, ainda que residam a menos de 3 Km dos estabelecimentos de ensino, desde que possam utilizar os transportes públicos coletivos.

5 – O transporte escolar abrange ainda os alunos que se encontrem em situação de guarda partilhada e estejam matriculados no portal de matrículas do Ministério da Educação como residente no concelho da Amadora, desde que a morada de um dos progenitores esteja a uma distância superior a 3km da escola, devendo para o efeito apresentar prova documental da guarda partilhada, bem como comprovativo de morada dos progenitores.

6 - Para efeitos de cálculo da distância entre a morada da residência e a morada da escola frequentada é utilizado o instrumento GeoPortal da Câmara Municipal da Amadora.

Artigo 4º

Modalidades do transporte escolar

1 – A Câmara Municipal da Amadora assegura o transporte escolar, através da rede de transportes coletivos, aos alunos maiores 13 (treze) anos, abrangidos pela escolaridade obrigatória, até aos 18 (dezoito) anos, ou até completarem o 12.º ano de escolaridade, desde que no ato da matrícula tenham ainda 18 (dezoito) anos.

2 – A Câmara Municipal da Amadora assegura ainda, mediante elegibilidade do Ministério de Educação/DGEstE, o serviço de transporte adaptado e/ou acompanhado, independentemente da distância da sua residência à escola que frequentam, aos alunos com necessidades de saúde especiais, abrangidos por medidas ao abrigo da educação inclusiva, que se enquadrem numa das seguintes situações:

- a) Frequentem escola e que apresentem dificuldades de locomoção, deficiências motoras e/ou comprovada falta de autonomia que condicione a capacidade de utilizar transportes públicos, devidamente identificados pelos estabelecimentos de ensino;
- b) Sejam portadores de deficiência e estejam integrados em sistemas alternativos de resposta educativa, desde que não exista resposta adequada na rede pública de ensino e desde que a entidade promotora não seja financiada pelo Estado para o mesmo efeito.

Artigo 5º

Concretização do transporte escolar

1 – O transporte escolar é concretizado através da utilização dos circuitos de transporte coletivos, pelo que os títulos de transporte serão adquiridos pelos encarregados de educação dos alunos abrangidos, sendo o respetivo custo ressarcido pelo município da Amadora, através de transferência bancária.

2 – No caso de alunos com necessidades de saúde especiais, abrangidos por medidas ao abrigo da educação inclusiva, que se enquadrem numa das situações previstas nas alíneas do n.º 2 do artigo 4.º, será garantido o transporte adaptado e/ou acompanhado, assegurando duas viagens nos dias letivos e para os percursos que ligam o local do estabelecimento de ensino ao local de residência do aluno.

3 – Caso os alunos mudem de residência dentro do município, no decorrer do ano letivo, o respetivo apoio em transporte escolar será assegurado até final desse ano letivo, desde que obedeça ao critério da distância.



CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO

Artigo 6º Candidatura

1 – O encarregado de educação ou o aluno, caso seja maior, deve solicitar o subsídio de transporte escolar, através do preenchimento e assinatura do respetivo formulário de candidatura disponível no Portal de Educação da CMA, ou disponibilizado pela escola ao qual deverá anexar, obrigatoriamente,

os seguintes documentos:

- a) Certidão de morada fiscal emitida pela autoridade tributária ou comprovativo de residência (ex. fotocópia de recibo da água, luz, ou atestado da junta de freguesia), com data não superior a 2 meses;
- b) Cópia de documento oficial onde conste o IBAN e o nome completo do titular da conta bancária que pretendem utilizar para a transferência financeira a realizar pelo município da Amadora e pela escola;
- c) Declaração comprovativa emitida pela escola da área de residência que ateste a inexistência de vaga e/ou curso (quando aplicável);
- d) Documento comprovativo da guarda partilhada e comprovativo de morada de ambos os progenitores (quando aplicável).

2 – Os elementos de identificação do aluno e do encarregado de educação deverão ser confirmados pela escola, mediante apresentação dos respetivos documentos de identificação.

3 – Para os alunos com necessidades de saúde especiais, o encarregado de educação deve apresentar a sua candidatura ao transporte adaptado e/ou acompanhado junto da escola, sendo que a decisão de atribuição deste benefício cabe à DGEstE, após preenchimento, pelo estabelecimento de ensino, da respetiva plataforma do Ministério da Educação.

Artigo 7º Renovação de candidatura

A candidatura ao subsídio de transporte escolar ou transporte adaptado e/ou acompanhado é renovado pelo encarregado de educação, anualmente, no estabelecimento de ensino onde é efetuada a matrícula.

Artigo 8º Prazos de candidatura

A candidatura ao subsídio de transporte escolar deverá ser entregue nas escolas, dentro do prazo definido pelas mesmas, e reencaminhada para os serviços municipais nos prazos referidos no n.º 2 do artigo 10.º do presente Plano de Transporte Escolar.



Artigo 9º **Análise e seleção de candidaturas**

1 – Os serviços municipais depois de analisarem os processos de candidatura ao subsídio de transporte escolar dos alunos a estudar em estabelecimentos de ensino da sua área de residência, ou fora desta nos casos elegíveis, informará a escola sobre quais os alunos abrangidos, sendo da responsabilidade da mesma a transmissão dessa informação aos encarregados de educação.

2 – O indeferimento do pedido de subsídio de transporte escolar será sempre fundamentado, com a indicação do motivo da não atribuição do apoio.

Artigo 10º **Procedimentos a adotar pelas escolas**

1 – Compete a cada escola a organização do processo de acesso ao subsídio de transporte escolar dos seus alunos, pelo que deverá:

- a) Disponibilizar aos alunos os impressos necessários à instrução do processo de candidatura;
- b) Rececionar as candidaturas;
- c) Conferir, obrigatoriamente, os formulários, assumindo a responsabilidade pelos mesmos;
- d) Reencaminhar os boletins completos e respetiva documentação para os serviços municipais, através do endereço eletrónico educa@cm-amadora.pt.

2 – Os boletins de candidatura ao subsídio de transporte escolar, terão de dar entrada na autarquia, sob pena de os mesmos não produzirem efeitos no início do ano letivo:

- a) Até 15 de agosto, para o ensino básico;
- b) Até 30 de agosto, para o ensino secundário;
- c) Em qualquer período do ano letivo, para os estágios curriculares.

3 – Em casos excecionais, devidamente fundamentados pela escola, poderão ser consideradas para análise candidaturas enviadas fora dos períodos acima mencionados.

4 – As candidaturas só deverão ser enviadas para os serviços municipais quando completas e acompanhadas de documentos legíveis.

5 – As candidaturas que não estejam corretamente preenchidas, ou cujos dados sejam insuficientes, serão devolvidas para suprimento das faltas e deverão ser reenviadas aos serviços municipais no prazo máximo de 15 dias úteis.

6 – Caso o município da Amadora, perante os formulários e documentos de instrução, tenha fundadas dúvidas acerca da distância entre a escola e a residência do aluno, ou sobre qualquer outro requisito necessário para a atribuição do subsídio de transporte escolar, poderá solicitar aos estabelecimentos de ensino esclarecimentos adicionais.

7 – Quanto ao transporte adaptado e/ou acompanhado, a escola deverá remeter para os serviços municipais, através do email educa@cm-amadora.pt, os pedidos submetidos a decisão/autorização da DGEstE.

8 – Após a notificação dos serviços municipais da autorização mencionada no número anterior, as escolas deverão:

- a) Avisar, com uma antecedência mínima de 48 horas, a Câmara Municipal da Amadora sobre alterações dos horários ou calendário escolares, ou de encerramento da escola devido a situações pontuais;
- b) Comunicar alterações ou incumprimentos na prestação do serviço contratado.

9 – Os estabelecimentos de ensino são obrigados a arquivar e conservar os processos de candidatura nos termos da legislação em vigor.

Artigo 11º **Situações de exclusão**

São automaticamente excluídas as candidaturas sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) A residência do aluno seja fora do concelho da Amadora;
- b) Se mantenha a falta de informação relativa ao aluno, mesmo após a devolução referida no n.º 5 do artigo 10.º;
- c) As candidaturas sejam apresentadas fora do prazo;
- d) Sempre que a escola escolhida não seja da área de residência do aluno, existindo vaga e/ou resposta, educativa ou formativa na sua área de residência;
- e) As candidaturas se refiram a alunos que utilizem outras modalidades de transporte (navegante família ou equivalente).

Artigo 12º **Pagamentos**

1 – A verba a transferir para as escolas ou para os encarregados de educação de alunos abrangidos pelo subsídio de transporte escolar corresponderá a 50% do custo do passe no mês de setembro, sendo que para os restantes meses será o equivalente a 100% do valor pago pelos encarregados de educação.

2 – A verba será transferida para:

- a) O Agrupamento de Escolas, no caso dos alunos que frequentem escolas da área do concelho, sendo posteriormente entregue aos encarregados de educação;
- b) Os encarregados de educação, no caso de alunos que frequentem escolas profissionais e escolas fora do concelho da Amadora.

Artigo 13º **Procedimentos a adotar pelos Encarregados de Educação**

1 – Os encarregados de educação dos alunos abrangidos pela medida de atribuição de subsídio de transporte escolar, que utilizam circuitos de transporte coletivo, deverão:

- a) Adquirir mensalmente o título de transporte, obtendo o respetivo recibo onde conste o número de identificação fiscal e o nome do aluno;
- b) Entregar mensalmente, o respetivo comprovativo de aquisição do título de transporte adquirido, nos serviços de ação social escolar da escola;



2 – O direito aos pagamentos previstos no artigo 12.º cessa com a não entrega da cópia dos recibos relativos à aquisição dos títulos de transporte escolar.

Artigo 14º

Deveres dos encarregados de educação e dos alunos

1 – Os encarregados de educação cujos educandos sejam abrangidos pela resposta municipal de transportes escolares estão vinculados ao cumprimento integral das disposições previstas no presente Plano de Transporte Escolar.

2 – Todas as declarações prestadas no boletim de candidatura são da inteira responsabilidade dos encarregados de educação.

3 – Os encarregados de educação deverão remeter ou entregar o processo de candidatura no estabelecimento de ensino.

4 – Sempre que se altere qualquer um dos dados constantes da candidatura ao subsídio de transporte escolar, deverá o encarregado de educação informar a escola.

5 – Para as candidaturas apresentadas fora dos prazos previstos, o custo relativo ao período que intercala o início do ano letivo e o momento do deferimento do pedido será suportado pelos respetivos encarregados de educação.

6 – No caso de alunos com necessidades de saúde especiais com transporte adaptado e/ ou acompanhado, o encarregado de educação obriga-se a:

- a) Informar das condições que potenciem riscos para a segurança física do seu educando, disponibilizando informação em caso de terapêutica de emergência e medicação;
- b) Respeitar o horário previsto de partida e chegada da viatura ao local de residência;
- c) Acompanhar o aluno na entrada e saída da viatura ou indicar quem o deverá entregar e receber no local da residência, sendo que a transportadora não deixará um aluno sozinho. Caso não exista ninguém para receber o aluno, este regressará à escola ou será entregue às autoridades competentes;
- d) Avisar previamente o serviço de transporte no caso da ausência do aluno, sempre que possível com 24 horas de antecedência, por forma a evitar atrasos nas rotas estipuladas, ou no caso de mudança da pessoa que habitualmente o entrega ou o recebe;
- e) Nas situações em que o acompanhamento do aluno na entrada e na saída da viatura não é necessário, deve o encarregado de educação assumir essa responsabilidade, mediante declaração de responsabilidade que deve ser previamente entregue aquando da candidatura;
- f) Qualquer mudança de residência ou de contacto telefónico devem ser comunicadas por escrito ao Agrupamento de Escolas e à Câmara Municipal da Amadora.



CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 15º Falsas declarações

Todas as situações em que se verifiquem falsas declarações, implicam a suspensão imediata do apoio atribuído e o reembolso do montante correspondente ao benefício auferido.

Artigo 16º Penalizações

1 – Aos alunos que não procedam à validação do passe por dois meses consecutivos sem justificação, será cessado o direito ao apoio do subsídio de transporte escolar, salvo em casos devidamente justificados.

2 – Aos alunos que tenham falta de assiduidade, poderá ser colocada em causa a continuidade de apoio ao subsídio de transporte escolar, cuja decisão é tomada em articulação com a Escola.

3 – A Câmara Municipal da Amadora pode suspender a atribuição ao subsídio de transporte escolar sempre que o aluno abrangido manifeste reiteradamente comportamentos inadequados durante o serviço de Transporte Escolar.

Artigo 17º Situações especiais e casos omissos

1 – Caberá ao Presidente da Câmara Municipal decidir sobre qualquer dúvida na aplicação destas normas, bem como a resolução de qualquer situação especial ou caso omissos.

2 – Todos os pedidos que apresentados fora dos prazos fixados no presente plano serão analisados casuisticamente, reservando os serviços municipais o direito de conceder, ou não, os respetivos apoios.

3 – Não poderá ser atribuído subsídio de transporte escolar, caso o aluno já beneficie de apoio para esse efeito.

Artigo 18º Divulgação

O Plano de Transportes Escolares é divulgado pelas seguintes entidades:

- a) Câmara Municipal da Amadora, através do site <https://www.cm-amadora.pt> e Portal da Educação;
- b) Estabelecimentos de ensino, dentro e fora do concelho da Amadora.



AMADORA
Câmara Municipal

Artigo 19.º
Vigência

O presente Plano de Transporte Escolar é válido para o ano letivo 2021/2022, após parecer favorável do Conselho Municipal de Educação e aprovação em Reunião de Câmara de 30 de junho de 2021.